

Jaime Brasil

Sobre Jornalismo

Colectânea de textos publicados no
Suplemento Semanal Ilustrado
d' *A Batalha* (1925-1926)

Cadernos d' *A BATALHA*

2005

A BATALHA

Este jornal surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes da altura, sendo influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua independência face aos partidos e ao poder político e fê-la procurar que as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida os não deixasse esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a sua opressão e exploração. Negou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através duma pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), *A Batalha* continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

Torne-se assinante, escrevendo para:

A BATALHA

Apartado 50085

1702 - 001 LISBOA

ou para a Sede:

Azinhaga da Alagueza, Lote X, c/v, Esq.

1800 - 005 LISBOA

A Sede encontra-se aberta aos sábados entre as 15 e as 18 horas.

X 3,000 €

Jaime Brasil

Sobre Jornalismo

Colectânea de textos publicados no
Suplemento Semanal Ilustrado
d' *A Batalha* (1925-1926)

Cadernos d' *A BATALHA*
2005



Jaime Brasil

NOTA PRELIMINAR

Jaime Brasil foi figura proeminente do jornalismo e das letras portuguesas entre os anos vinte e os anos sessenta do século passado. Pouca gente sabe que figurou com Ferreira de Castro e mais um ou dois nomes na lista de escritores portugueses a candidatar ao Nobel da literatura. Ferreira de Castro foi o escolhido e, não tendo sido bem sucedido, foi novamente proposto, desta feita pela União Brasileira de Escritores conjuntamente com Jorge Amado. Que nos conste, Jaime Brasil não voltou a ser considerado para eventual candidatura ao referido prémio.

Para além de afinidades ideológicas e de amizade pessoal, traduzidas nomeadamente pela participação activa de ambos na fundação do Sindicato dos Profissionais da Imprensa e pelo prolongado convívio na Tertúlia da Veneza, ambos, quando jovens, se lançaram entusiasticamente na carreira jornalística. Mas enquanto Ferreira de Castro a abandonou no início dos anos 30, desgostoso com as limitações impostas pela censura, Jaime Brasil adoptou o jornalismo como profissão – que exerceu com notável competência e brilho – sem todavia descurar a publicação de uma série de obras importantes, de índole biográfica, sobre grandes figuras da cultura europeia no domínio das artes e das letras (1).

Tal como Ferreira de Castro, Jaime Brasil iniciou a sua colaboração no Suplemento Semanal d'A *Batalha* em Dezembro de 1924, no seu n° 4 (Ferreira de Castro dois números antes) e prolongou-a até ao n° 136, de 5 de Julho de 1926. Nesse período respigámos nada menos de 85 artigos, frequentemente sob a forma de colunas ou séries temáticas. Destas últimas salientamos "Paradoxos bárbaros" (9 artigos), "Questões de ética" (5 artigos), "Os verdadeiros e reflexivos heróis no conceito do sr. António Sérgio" (4 artigos), "Da profissão de jornalista" (10 artigos), uma série de Cartas de grande impacto, pela maior parte editoriais, sob o pseudónimo de A Voz que clama no Deserto. Teve uma coluna de crítica literária - "Através dos livros" - relativamente longa, e ainda artigos isolados, sobre temas variados, alguns como editoriais.

Para este Caderno d'A *Batalha* elegemos duas séries de artigos. A primeira, "Apontamentos sobre o jornalismo", consta de dez trabalhos que nos dão uma visão clara, ainda que sucinta, do aparecimento dos jornais na Europa e em Portugal, bem como do jornalismo como profissão e das suas organizações de classe no nosso país. É um trabalho de divulgação, uma iniciação à história do jornal e do jornalismo, cujo interesse para o grande público é evidente e que pode ainda ser útil como ponto de partida para quem queira aprofundar os seus conhecimentos neste domínio.

A segunda é a curta série de três artigos "Em defesa do jornalismo", resposta e contra-resposta a artigos de Raúl Proença na *Seara Nova*. Polémica assaz cáustica mas em que Jaime Brasil conserva uma correcção ética e uma elegância de forma que contrasta com a petulância, verborreia e mesmo grosseria do chefe da divisão de serviços técnicos da Biblioteca Nacional. Destempero talvez premonitório da afecção do foro psiquiátrico que levaria Proença ao internamento no Hospital Conde de Ferreira, equivalente portuense aos Hospitais Miguel Bombarda e Júlio de Matos de Lisboa.

Algum ressentimento deixado por esta polémica e por outra com António Sérgio, a que atrás aludimos, poderão estar

na origem do silêncio da *Seara Nova* por ocasião da morte de Jaime Brasil em 1966. É também possível que não tenham perdoado completamente as críticas de *A Batalha* à curta e pouco feliz participação de seareiros (António Sérgio, Ribeiro de Carvalho e Mário de Azevedo Gomes) no governo Álvaro de Castro (Dezembro 1923 a Fevereiro de 1924). A crescente influência do partido comunista na *Seara* pode ter sido um factor adicional. Limitaram-se pois a publicar uma curta notícia necrológica de Alexandre Vieira, que dificilmente poderiam escusar dada a sua longa permanência como chefe da tipografia da *Seara*. Texto que julgamos interessante recordar.

Luís Garcia e Silva

(1) Miguel Ângelo, Velasquez, Diderot, Victor Hugo, Rodin, Zola, Ferreira de Castro.

Apontamentos sobre jornalismo



Ferreira de Castro, Roberto Nobre e Jaime Brasil

I

A insuficiência de trabalhos relativos à história da imprensa periódica*

Todas as instituições humanas, desde a religião à prostituição, têm os seus tratadistas e historiôgrafos. Só o jornalismo não encontrou ainda quem lhe traçasse a crônica, com saber e método.

A insuficiência de livros referentes à história da imprensa periódica é manifesta. Abundam os materiais dispersos; ninguém se atreveu, porém, a coligi-los e ordená-los.

Há muitas obras sobre o jornalismo e raro é o jornalista que não tenha pelo menos publicado um volume de trabalhos seus. As origens e a evolução do jornal seduziram, porém, raros investigadores, que se limitaram a esboços e apontamentos histórico-bibliográficos, sem a metodização que exigem os livros de história.

Impressões, memórias, críticas, anedotas, inconfiáveis, colectâneas de artigos, é principalmente o que há escrito sobre jornalismo. O estudioso não encontrará, todavia, nesses trabalhos nada que lhe diga como surgiu e os estádios por que passou isso que, nos semanários da província e na eloquência dos tribunos de trazer por casa, se chama ainda "a alavanca do progresso".

Ninguém contestará a importância do fenómeno social que é o jornalismo. Consideram-no até um "poder do Estado", como há pouco o afirmou Pio XI. O jurisconsulto notável que foi o Dr. José Dias Ferreira tinha-o por o "*quinto poder* do Estado que não precisa de estar reconhecido na Constituição e que, talvez

por isso, governa mais do que os restantes quatro poderes reunidos"; Adolphe Brisson, ultimamente falecido, no prefácio do livro de Chambure *À travers la presse*, dizia: "Nous vivons sous le regne du quatrième pouvoir."

Quarto ou quinto, que tudo isso é uma questão de regime e de latitude, o certo é ser a imprensa periódica uma extraordinária força, que tem sido aproveitada à maravilha pelo capitalismo e pela reacção, para manterem o seu já periclitante predomínio.

Dessa poderosa instituição, designadamente dos seus fundamentos, sabe-se pouco; ou, melhor, o seu estudo não tem sido divulgado como cumpria. Qualquer estudante de direito não ignora as origens do parlamentarismo ou a evolução do Estado; muitos mestres em ciências sociais, porém, não responderão de pronto se os interrogarem sobre o aparecimento, objectivos e características dos primeiros jornais.

É que Sua Magestade a Imprensa, como Sphane Lausanne lhe chama num livro recente, não encontrou ainda um cronista digno da grandeza do seu império.

Esta deficiência não a notamos exclusivamente nós, que, se quisermos saber alguma coisa do jornalismo em Portugal, só encontraremos subsídios nos livros *Os jornais portugueses* e *O jornalismo português*, de Silva Pereira; *O Jornalismo*, do sr. Alberto Bessa; *Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas*, de Brito Aranha; na *Introdução bibliológica*, de Silva Túlio, no primeiro brinde aos assinantes do *Diário de Notícias*; nas notas do dr. sr. Alfredo da Cunha a diversos capítulos da edição comemorativa do cinquentenário do *Diário de Notícias*; e em vários artigos de jornal, dispersos e quase ignorados, especialmente nas *Cartas bibliográficas acerca da origem e introdução das gazetas em Portugal*, que Inocêncio Francisco da Silva publicou em 1863. Este erudito bibliógrafo dizia até, numa dessas Cartas: "O que não padece dú-

vida é que a *História do Jornalismo em Portugal* nem apareceu nem já agora provavelmente aparecerá". Silva Túlio, em 1865, na aludida *Introdução bibliológica*, anunciava, em nota, uma *História do Jornalismo em Portugal*, que oportunamente publicaria, a qual, se a chegou a escrever e existe manuscrita, ninguém sabe onde pára. Os artigos nas Enciclopédias e *Dicionário Bibliográfico*, sobre jornalismo e periódicos, escassos elementos fornecem. Isto quanto a nós.

Lá fora, a pobreza em publicações do género é também grande. O jornalista catalão Murua y Valerdi, ao pretender, há alguns anos, fazer uma resenha histórica do jornalismo, queixava-se de muito pouco haver escrito sobre o assunto. Para se documentar, procurou até os artigos das Enciclopédias e teve o cuidado de anotar que *A Grande Enciclopédia* dedicava à matéria cerca de dezassete páginas, *A Enciclopédia Britânica*, pouco menos de doze, e a *Enciclopédia Hispano-Americana*, quatro.

Esse jornalista só dá notícia dos seguintes livros, que interessam à história da imprensa periódica: *Histoire des Journaux en France - 1789 à 1799*, *Histoire politique et littéraire de la presse en France*, *Essai historique et statistique sur la naissance et les progrès de la presse périodique dans les deux mondes*, *Étude sur le journalisme depuis ses origines jusqu'à nos jours*, *History of British Journalism*, *Die ersten deutschen Zeitungen Stuttgart*, *Die Periodische Press Oestereichs*, *Die deutschen Zeitschriften*, *Histoire de la presse en Angleterre et aux États-Unis*, *Catalogue of American Books in the Library of the British Museum*, *Index to periodical literature*, *Periodicos de Madrid*, *Historia e bibliografia de la prensa sevillana e Antiguedad y importancia del periodismo español*.

Poucas mais obras, a não ser artigos de revistas e jornais, tratarão da história do jornalismo, por isso não nos parece despedido de interesse reproduzir em artigos subsequentes, num propósito de vulgarização, os apontamentos que pudemos forragear sobre o assunto.

**A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 96,28/9/1925.

II

Onde e como surgiram os primeiros jornais*

A necessidade de comunicar novas é tão antiga como o homem. E se nestes apontamentos de mera vulgarização tivéssemos de remontar até às origens do jornalismo, iríamos encontrar os primeiros vestígios dele nos troncos das árvores e nos sinais simbólicos gravados a sílex lascado, com que os nossos antepassados das cavernas indicavam uns aos outros, no seio das florestas, a presença de animais perigosos ou a proximidade de cursos de água. A fazê-lo, correríamos porém o risco de dois dos nossos três leitores nos mandarem passar ao dilúvio...

Tão-pouco citaremos, seguindo alguns autores escrupulosos, os *oryce* da Grécia e os *proeco* de Roma, como precursores do jornalismo, pois os pregoeiros de novas coexistiram com os jornais e cremos que coexistem ainda e ver-nos-íamos então forçados a considerar as "senhoras comadres bisbilhoteiras" como nossas mestras e concorrentes.

A necessidade de divulgar novas escolheu o jornal como veículo, sempre que acontecimentos remotos, que a todos interessavam, se deram no Mundo: as guerras na Gália, as questões entre a Sereníssima República de Veneza e o Grão Turco e os Descobrimentos e Navegações.

Foi no Consulado de Júlio César, no meado do último século antes da actual era, que em verdade surgiu o primeiro jornal ou registo diário dos acontecimentos mais interessantes para a generalidade do público. Denominava-se *Diurna Urbis Acta* ou abreviadamente *Acta Diurna*, e consistiam os exemplares deste periódico em tábuas revestidas de gesso, sobre as quais se escreviam a grandes caracteres negros as novas, para que

no Forum todos as pudessem ler ao mesmo tempo. Estas tábuas, ligadas umas às outras, formavam o "Album". Os mais opulentos patrícios não desciam a ir à praça pública saber as notícias e mandavam então os escravos copiá-las nessas pequenas tábuas cobertas de cera, e a esses escravos, pela função que exerciam, se chamavam *diurnari*.

Foi este o primeiro jomal, o primeiro diário, pois como tal não poderemos considerar os "Anais Máximos" e as "Actas do Senado", que se publicaram durante a República, nem as "Actas dos Mártires", que os primeiros cristãos publicaram depois, pois esses documentos têm as características das crônicas, que sempre coexistiram com os jornais.

Foram os escravos *diurnari* os antecessores dos actuais jornalistas e o que escreviam era cópia das notas officiosas consentidas pelo Cônsul ou pelo Imperador, tradições estas que ainda hoje se mantêm na Imprensa, pelo menos em Portugal.

As "*Diurni Urbis Acta*" ter-se-iam publicado, com intermitências, até princípios do século V, ou pelo menos até à transferência para Constantinopla da sede do Império Romano. Sobre este ponto não são unânimes os investigadores. No que o são é em afirmar que a Idade Média não foi propícia à existência dos jornais, divulgando-se as novas das batalhas e dos grandes acontecimentos sociais por meio de cartas e por intermédio dos tropeiros, notando-se assim uma regressão aos tempos felizes dos aedos helénicos. E dizemos felizes, porque não haver jornais é a garantia maior da tranquilidade nos espíritos.

Esta ausência de jornais nota-se somente no mundo ocidental, pois no Oriente, nessa estranha China, que constantemente confirma o preceito salomónico de que "nada há de novo debaixo do sol", o *Diário de Pequim* ou *King Pan* já aparecia no século X, escrito em tábuas, como as "*Acta Diurna*", tendo celebrado há pouco o seu milenário, pois ainda se publica, como órgão oficial do Governo chinês.

O jornal, reportório de várias notícias, ainda que officosas, ressurgiu em Itália aí por 1550. Foi em Veneza que se registou o seu aparecimento e destinava-se a dar novas das guerras com o Turco e a referir o que interessava ao tráfico marítimo da opulenta república. Para se poder ler o quadro onde constavam as "notizie scritte", pagava-se uma moeda chamada "gazzetta", donde derivou depois o nome dado aos jornais.

O periódico, porém, folha volante, inserindo embora o relato dum único acontecimento, é muito mais antigo e têm a prioridade do seu uso os alemães.

Surgiu com o aparecimento da imprensa e foi o próprio Gutenberg quem imprimiu uma encíclica do Papa Nicolau V, aconselhando todos os cristãos a combaterem o Turco. Reproduzida em vários exemplares, foi esta carta papal o primeiro periódico que circulou.

Os Descobrimientos dos povos peninsulares intensificaram esta forma de transmitir novas. A carta em que Cristovão Colombo anunciava o descobrimento da América aos Reis Católicos foi traduzida em vários idiomas e circulou impressa. O mesmo sucedeu quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, tendo os alemães posto em circulação uma folha volante com o relato do feito, a que deram o nome de *Zeitung*.

Na Biblioteca de Munique conserva-se o exemplar, hoje único, do periódico que Erhard Oglin fez imprimir em Augsburg, em quatro folhas, *in-quarto* menor, que se intitula: *Cópia der Newen Zeytung auss Bresilg Landt* e que se refere ao descobrimento do português Cabral.

Folha-volante, anterior a esta, que exista ainda, só a relação das cerimónias fúnebres realizadas quando do enterro do imperador Frederico III, a qual é datada de 1494 e se guarda na Biblioteca da Universidade de Leipzig.

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n° 97, 5/10/1925

III

O desenvolvimento do periodismo na Europa no século XVII*

As espécies de periódicos que enumerámos no final do artigo anterior, as "gazzettas", "cartas", "zeitung", "fogli" ou "foglietti d'avisi", circularam durante todo o século XVI, sem regularidade, ao sabor dos acontecimentos e sempre com carácter officioso.

Estava reservado aos homens do século XVII o martírio de ver surgir, periodicamente, com títulos fixos e numeração contínua os verdadeiros jornais, que eram em quase tudo semelhantes aos de hoje, até no alardear da sua independência.

Foi em 1605, em Antuérpia, que Abraham Verhoeven obteve o privilégio de imprimir uma gazeta noticiosa a que deu o nome de *Nieuwe Tijdingen*. Este periódico aparecia em regra duas vezes por semana, em forma de folheto, com 8, 12 e 16 páginas, inserindo alguns números gravuras e mapas.

Verhoeven, que pode ser considerado o lord Northcliffe daquele tempo, mantinha correspondentes nas diversas capitais, entre elas Lisboa. O seu jornal vendia-se então por uma quantia equivalente ao custo dos jornais portugueses de hoje e de certo o judeu editor deveria lamentar-se, como os de hoje, de que o negócio não dava nada.

Durou a gazeta de Verhoeven cerca de vinte anos, não obstante terem surgido logo, nos países vizinhos, concorrentes. Assim, já em 1609, o editor Johanes Carolus, de Estrasburgo, publicava um folheto periódico, a que chamava *Ordinary Avis*, e no ano de 1617 idênticas publicações surgiram na Holanda.

Esses jornais, embora não dessem notícias referentes à política e à religião, eram especialmente destinados ao comércio. Nesse gênero a Alemanha foi pródiga em revistas mensais e semanais, fixando-se em 1609 a aparição da primeira, por ser dessa data o único exemplar hoje existente. No entanto, crê-se que pelo menos desde 1600 tais publicações circulavam largamente.

Vejamos agora as datas prováveis do aparecimento dos primeiros periódicos nas principais cidades: Viena, 1611; Frankfurt, 1615; Berlim, 1617; Amsterdão, 1617; Haia, 1622; Londres, 1622 (?); Madrid, 1626 (?); Lisboa, 1626 (?); Paris, 1631; Roma, 1635; Estocolmo, 1648; e Copenhague, 1663.

Para completarmos esta resenha, diremos – embora as seguintes datas sejam posteriores ao século XVII – que o jornalismo apareceu na Rússia em 1703, na Hungria em 1721, na Noruega em 1763, na Turquia em 1795 e na Grécia em 1811.

Particularidades sobre o aparecimento dos diversos jornais citados não são muito conhecidas. Só se sabem alguns pormenores acerca da forma como surgiu a *Gazeta de Paris* e por isso vamos reproduzir o que a esse respeito escreveu o acadêmico Silva Túlio na *Introdução Bibliográfica* já citada.

"O dr. Theophraste Renaudot – diz Silva Túlio – médico de Luís XIII, era amigo do genealógico Pedro de Hozier, que tinha grande correspondência tanto para as províncias de França como para outros reinos, a fim de coligir informações para a história da nobreza, que depois publicou. Com as notícias genealógicas lhe dava outras de casos ocorridos, que ele comunicava ao dr. Renaudot. Teve este a feliz lembrança de fazer, nos dias de correio, um extracto dessas notícias e ir lê-las aos doentes na ocasião das visitas. É de notar que tais notícias eram pela maior parte de vidas alheias, que é de que tratam os genealógicos."

"Viu o dr. Renaudot que esta receita, para certas doenças, era melhor que as de botica e foi carregando a mão nas doses. Alargou o formato ao jornal, como hoje se diria, e foi também pondo notícias da sua lavra. Correu o boato do novo receituário e com ele cresceu o número dos doentes que queriam ser tratados pelo 'médico das notícias'. Então foi necessário que o doutor tomasse escreventes para multiplicar as cópias, porque os doentes já se não contentavam de ouvir ler as notícias, queriam que lhas deixasse ficar para fazerem a leitura à família. Eram pílulas que todos enguliam; e quanto mais doiradas melhor. Deu-se logo a este embrião do jornalismo o nome de *nouvelles à la main* (notícias manuscritas), que não só eram solicitadas pelos doentes de Paris, mas também pelos das províncias. De sorte que havia enfermigos que passavam sem caldo de galinha, mas sem as notícias, nenhum! E para os sãos eram já tão indispensáveis como o pão para a boca.

Renaudot foi aumentando a *tiragem* sucessivamente. Não se sabe porém a quantos mil exemplares chegou... O que se sabe é que a receita fez mais curas do que a 'revalenta arábica'; que as garrafadas iam indo por água abaixo; que os boticários se amotinaram; e que os médicos que não tinham *noticiário* andavam a paus.

Passava-se isto em 1630. Renaudot, vendo que não só os doentes apeteciam o remédio que ele havia manipulado, tratou de aviar a mesma receita para os sãos; isto é, mandando imprimir as notícias, para que chegassem a todos. Para isso era preciso licença régia; mas como ele era amigo do Cardeal Richelieu, então ministro onnipotente, facilmente a alcançou.

A 30 de Maio de 1631 apareceu o primeiro número, com o título de *Gazeta*, e continuou a sair semanalmente, no formato de quarto, com oito páginas. Teve logo imensa voga e muitos invejosos, na forma do costume, o que se vê pelas sátiras que por esse tempo se fizeram à nova gazeta."

Isto dizia Silva Túlio em 1866, e dizem-no quase todos os investigadores das origens da imprensa periódica em França. Stéphane Lausanne, porém, no seu recente livro sobre jorna-

lismo, já citado também, diz – sem demonstrar o seu asserto – que a primeira gazeta francesa data de 1609. Contudo, o próprio Renaudot declarava ao apresentar-se em público: "La publication de gazettes est, à la vérité, nouvelle, mais en France seulement." Talvez o exaltado chauvinismo de Lausanne não sofra que tivesse a Alemanha publicado jornais primeiro...

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., nº 98,12/10/1925.

IV

Os primeiros periódicos portugueses*

Na resenha que fizemos no artigo anterior sobre o aparecimento do periodismo nas diversas capitais europeias, pusemos em dúvida as datas indicadas para Londres, Madrid e Lisboa. É que na verdade sobre essas datas não há a concordância dos investigadores.

Durante muito tempo os ingleses jactaram-se de ter visto a luz o primeiro jornal europeu na sua sombria Grã-Bretanha. E citavam um "English Mercury", que se reconheceu mais tarde nunca ter existido senão na imaginação dos mistificadores. Se em 1622 algum jornal se publicava em Londres, era pura e simplesmente a tradução das gazetas holandesas, que atravessavam o estreito. Só aí por 1640 começaram a publicar-se jornais em Londres e Edimburgo, com notícias oriundas da Inglaterra.

Também acerca de Espanha as mesmas dúvidas têm razão para subsistir. Alguns autores fixam a data da primeira gazeta espanhola em 1626, entre eles Dubief, no seu trabalho *Le Journalisme*, mas Silva Túlio, no ensaio já citado, dizia: "A Espanha não madrugou para o jornalismo, porque a gazeta de Madrid é posterior à de Lisboa." Isto referindo-se evidentemente à nossa "Gazeta" de 1641.

Ora parece na verdade apurado, e Murua y Valerdi, se não o afirma categoricamente, deixa-o entrever no seu ensaio sobre *El Periodismo español*, que foi na Catalunha, em Barcelona, o grande centro comercial, que o periodismo primeiro surgiu em Espanha. E, a ser assim, o primeiro periódico publicado em Barcelona, "Novas Ordinarias y Gazeta", é datado de 25 de Maio de 1645, e consistia na tradução das gazetas francesas, como

no seu primeiro número se adverte. Pouco depois, surgia, também em Barcelona, outro periódico, que no título claramente definia a sua proveniência: "Gazeta vinguda a esta ciutat de Barcelona per lo Ordinari de Paris". Só depois, muito depois, o periodismo fez a sua aparição na Corte, por onde se vê que tinha razão Silva Túlio.

Quanto a Lisboa, se não existem dúvidas, não existe também muita certeza. Pode considerar-se como primeiro jornal a "Relaçam" de 1626 ou a "Gazeta" de 1641? As opiniões dos investigadores dividem-se e só não se constituem partidos, porque nestas questões de arqueologia literária apenas se envolvem pessoas pacíficas e ponderadas, com quem não entra a mania das querelas partidárias. É por isso que a discussão não ultrapassa o círculo da escassa dezena de bibliólogos – que são muito mais bibliófilos que outra coisa – que em Portugal se interessa por estes assuntos.

Ora vamos lá a ver em que estirpe entroncam essas folhas e folhinhas que por aí pululam, tantas, que levaram há anos Brito Aranha a dizer que Portugal era o país onde, relativamente à população, havia mais jornais!

Há anos, em 1914, o prof. sr. Leite de Vasconcelos comunicou à Academia das Ciências que entre os manuscritos de Manuel Severim de Faria, existentes na Biblioteca Nacional, há um códice de 378 folhas, o n° 241, que contém 31 *Relações* de factos acontecidos em *Portugal e nas Províncias do Ocidente*. Essas *Relações* vão de 1610 a 1641 e tudo indica que se destinavam a levar novas à Índia, pois as primeiras eram dedicadas a Diogo do Couto, ao tempo na Índia, e ao padre Francisco Dias. Nota o prof. sr. Leite de Vasconcelos que, "conquanto o autor se refira a todos os países da Europa e ao Norte de África, trata principalmente de Portugal: quem estava no governo, publicação de leis, morte e nomeação de prelados e abades, revoltas, contribuições, ida e vinda de armadas, livros apa-

recidos a lume, festas religiosas e profanas, relações de Portugal com Castela", etc. E acrescenta: "É particularmente curiosa a narração de uma greve dos pescadores do Tejo, em 1637, e a da revolução de Évora, do mesmo ano, em que figura o célebre 'Malhadinho'. A narrativa da restauração é muito desenvolvida e talvez que seja este o documento literário mais antigo em que ela aparece, pois data do próprio ano de 1640".

Foram estes incontestavelmente os primeiros periódicos portugueses, anuais embora, mas que decerto ao chegarem à Índia eram copiados e ciculavam soltos.

Sem dúvida animado pelo êxito dessas *Relações*, Severim de Faria resolveu-se a fazê-las imprimir para circularem no reino e, assim, em 1626 aparece a *Relaçam Universal do que succedeo em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente, de Março de 625 até todo Setembro de 626*. Como chamariz, Severim de Faria punha em subtítulo: *Contém muitas particularidades e curiosidades* e acrescentava que era ordenada por Francisco de Abreu natural desta cidade de Lisboa. A *Relaçam* indicava ter sido impressa em Lisboa, em 1626, por Geraldo da Vinha e possuir "todas as licenças necessarias".

Não obstante Inocência Francisco da Silva, nas suas *Cartas bibliográficas*, não reconhecer às *Relações* o carácter de publicações periódicas, Silva Pereira, no seu *Dicionário Jornalístico Português*, que se conserva na Biblioteca da Academia das Ciências e é citado pelo dr. sr. Alfredo da Cunha, considera-as os primeiros periódicos portugueses impressos e acrescenta até que se publicavam em "folhetos mensais ou bi-mensais, mas em períodos irregulares de publicação".

Parece que essas "Relações" impressas não foram monopólio do chantre Severim de Faria, porque já em 1627 o Estado, atento, legislava sobre a sua publicação, acentuando haver anos já que era utilizada tal forma de transmitir novas e falando duma maneira genérica.

Borges Carneiro, no seu *Resumo Chronologico das Leis* cita uma Carta Régia para a censura das Gazetas, que traslada

e que Silva Túlio foi ver nos códices da *Correspondência do Desembargo* de 1627-1628.

Diz assim esse notável documento, onde se adivinha a pata de Filipe III e no qual muitos estadistas da República se louvam para perseguir e vexar a imprensa:

"Por carta de Sua Magestade de 26 de Janeiro de 627. - De alguns anos a esta parte se tem introduzido nessa cidade escrever e imprimir relações de novas gerais; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, do que resultam graves inconvenientes: ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinarias, e que antes de as dar se revejam e examinem com particular cuidado. - Christovam Soares."

Trezentos anos depois, as razões alegadas para estabelecer a censura são as mesmas, e até a linguagem empregada é quase idêntica!

* *A Batalha*; Supl.Sem.Ilust., n° 99, 19/10/1925.

V

A primeira gazeta portuguesa e quem foi o seu primeiro redactor*

O códice que contém as *Relações* de Severim de Faria alcança até Fevereiro de 1641, ano em que viu a luz a primeira *Gazeta*. Assim, não houve solução de continuidade na produção jornalística. Se é certo que só há notícia de terem corrido impressas as *Relações* de 1626, publicadas em Lisboa, e a do ano seguinte, publicada em Braga, a verdade é que as *Relações* dando notícias de Portugal e da Europa para o Oriente eram periódicos noticiosos e temos de os considerar imediatamente predecessores das *Gazetas*.

Ora a *Gazeta* de Lisboa, ou melhor *Gazeta*, em que se relatam as novas tôdas, que ouve nesta Corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641, appareceu, como o seu título o indica, no fim do ano que se seguiu à Restauração, portanto no mesmo a que se reporta a última das *Relações* de Severim de Faria. Só em Dezembro, porém, deveria ter circulado, porque são de 3 e 5 desse mês os despachos dos censores.

Era a *Gazeta* um folheto *in-octavo*, com uma página de rosto, oito de texto e uma com as "licenças necessarias". Trazia estampado no frontespício o escudo coroadado, o que confirmava o carácter officioso que tinha.

A *Gazeta* era todavia um periódico noticioso por excelência. O primeiro exemplar dela, que temos presente, não en-

cerca um artigo, um comentário, uma advertência. Notícias só e escritas de sorte que levaram Herculano a dizer: "... tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos".

Não avançamos tanto, quanto ao aspecto gráfico da *Gazeta*. As notícias não têm títulos, nem nada que as separe umas das outras. Distinguem-se, porém, à simples vista, por cada uma constituir um parágrafo. Só as "Novas de fora do Reino" merecem as honras dum título destacado.

As notícias do primeiro exemplar da *Gazeta* são as mais variadas e interessantes: novas de batalhas, notícias das mercês do rei, o que se passou de notável nas províncias, a descrição dum duelo que se realizou em Campolide, entre o Conde de Bocoí e "Monsiur" Baron, comandante duma companhia de franceses, o relato da embaixada de Francisco de Sousa Coutinho à Rainha da Suécia e este eco, que qualquer dia se repetirá *mutatis mutandi* nas Gazetas de Lisboa: "Abriuse o comércio de Moscobia, & já veio hum a nao com mercadorias & ficarão muitas para vir." Das notícias do estrangeiro, todas curiosas, destacamos esta, por onde se verifica que ou a imaginação do noticiarista não era muito fecunda ou a probidade jornalística era muito superior ao que é hoje: "O Papa levanta gente na terra da igreja, não se sabe para que."

Já que falámos nos jornalistas de há três séculos, vamos a ver se se apura quem foram os primeiros redactores da *Gazeta*. Da *Relação Universal* não há dúvida de que o único foi Manuel Severim de Faria, o extraordinário temperamento de fixador de acontecimentos, ao engenho do qual se deve o único retrato autêntico de Camões.

Dado que a *Gazeta* tinha um carácter officioso e visava a espalhar, principalmente, as notícias da guerra com Castela, houve quem atribuisse a D. João IV a extraordinária honra de ser o primeiro redactor dela. Bajulações de cortesãos, pois não

está apurado sequer se o Duque de Bragança, bronco como todos os da família, (1) excepção feita de D. Pedro II do Brasil e de D. Pedro V de Portugal, sabia escrever mais do que a garatuja do nome.

A versão que mais visos de verdade tem é de que seria Fr. Francisco Brandão, cronista-mor do reino, o primeiro redactor da *Gazeta*. É o outro cronista-mor, Fr. Manuel dos Santos, quem lhe atribui essa qualidade na *Alcobaça Ilustrada*; contudo não é tido por muito fidedigno este cronista.

O dr. sr. Alfredo da Cunha, que tratou com desenvolvimento este problema, não chegou a outra conclusão do que a encontrada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, quando este diz que tal asserção "descansa meramente na autoridade do cronista-mor Fr. Manuel dos Santos, que viu, e tratou grande número de monges coetâneos de Fr. Francisco Brandão".

O Visconde de Juromenha encontrou um Alvará de 4 de Novembro de 1641 que concede o privilégio a um tal Manuel de Galhegos de "imprimir e vender" as *Gazetas*; Inocêncio Francisco da Silva pergunta ingenuamente se seria este Galhegos "o que por este tempo as escrevia?". Ora o Galhegos foi logicamente o primeiro editor de jornais, um desses Galhegos que há por aí, que exploram a indústria jornalística, mas que a respeito de escrever... cala-te boca.

O padre António Vieira, numa das suas cartas, refere-se ao padre jesuíta Pedro Soares, como redactor de "*Gazetas*". Da discussão que incidiu sobre esta referência, apurou-se, porém, que sendo a carta datada de 1648 e referindo-se a factos recentes, tudo indica que o padre Pedro Soares seria redactor de *Gazetas*, mas não da primeira ou primeiras.

Do que não pode haver dúvidas é de terem sido eclesiásticos os primeiros redactores das "*Gazetas*", visto que eram eles as pessoas mais cultas. É portanto velha a balda dos clérigos pelo jornalismo e é talvez por isso que ainda hoje muitos dos nossos periodistas e dos mais distintos receberam pelo menos ordens menores.

Nota:

(1) Jaime Brasil incorre em erro grave ao considerar D. João IV um ignorante que mal sabia fazer a assinatura. Este monarca foi um músico e compositor notável, sobretudo no campo da música sacra, com renome nacional e internacional entre os compositores da sua época. Obras suas continuam a ser incluídas em concertos de música clássica e em cerimónias litúrgicas. As ideias preconcebidas são más conselheiras, não só por induzirem em erro como, e principalmente, por nos dispensarem de procurar informação fidedigna.

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 101, 2/11/1925

VI

A evolução do periodismo em Portugal*

A *Gazeta* de 1641 terminou em 1647. De então até ao aparecimento do *Mercúrio Portuguez*, em 1663, que era redigido pelo Secretário de Estado António de Sousa de Macedo, teriam circulado "Relações" com novas das batalhas, como aquela *Relaçam da famosa vitória que alcançou em 20 de Agosto deste ano de 1648 o Serenissimo Principe de Condé General do Exercito d'el-Rey Christianissimo, etc.*, que Silva Pereira considera a última *Gazeta* deste século. Contudo o padre António Caetano de Sousa, na *História Genealogica da Casa Real Portuguesa*, ao traçar o elogio de D. João IV, fala das "Relações" "que naquele tempo se imprimiam", que seriam ditadas pelo próprio rei e escritas por "António Cavide, seu criado, que ocupou grandes lugares e que - diz - "são as que se vêem impressas e compreendem desde o ano de 1641 até o de 1653". Interessa-nos o pormenor da última data, mas não interessa menos a referência aquele António Cavide, que ocupou grandes lugares por saber escrever ditado, tal como agora sucede aos escribas, que garantam consoante o ditado dos próceres.

Quando surgiu, portanto, o *Mercúrio*, com carácter de periodicidade, as "Relações" ou folhas avulsas subsistiam, constituindo a mercância dos "cegos papelistas", que tinham o exclusivo desse negócio e que desde 1604 possuíam a sua Irmandade ou associação de classe.

Durou o *Mercúrio Portuguez*, com as novas da *Guerra entre Portugal & Castela* até 1667, trazendo no frontespício as armas reais, para autenticar o seu carácter officioso, se não bastasse para isso a categoria do seu director, o Secretário de Estado

Antônio de Sousa Macedo, que pelo menos até Dezembro de 1666 figurou nessa qualidade, publicando-se depois o *Mercúrio* anônimo até Julho do ano seguinte.

Não foi o *Mercúrio* o último periódico português do século XVII, pois Félix Antônio Castrioto, ao pedir a D. Maria I o privilégio para editar "Gazetas", refere-se às "relações dos sucessos da liga (contra os turcos) e outros", que apareceram "com autorização do gabinete, até ao fim da guerra com a paz de Santo Eloy, em 1697".

É ainda o mesmo Castrioto quem alude às "gazetas regulares em cada mez" que teriam aparecido no princípio do século XVIII e às "relações tanto avulsas como numeradas", publicadas "até à paz de Utrecht em 1715". Não há, porém, outras notícias dessas "Gazetas" e "Relações", o que não quer dizer que elas não tivessem existido, pois é inverosímil que não sucedesse o contrário.

No ano de 1715, apareceu, com carácter fixo de periodicidade, numerado, de título breve, o primeiro periódico português que se conhece do século XVIII - *Gazeta de Lisboa*, redigida por José Freire Monterrozo Mascarenhas, que pode ser considerado o primeiro profissional do jornalismo entre nós, pois durante mais de 45 anos dedicou a sua actividade à imprensa periódica. O primeiro número da *Gazeta de Lisboa* apareceu em 10 de Agosto de 1715, tendo o título de *Notícias do estado do Mundo*, mas já o segundo número, de 17 do mesmo mês, apresentava o título de *Gazeta de Lisboa*, que conservou até final.

Obteve Monterrozo o privilégio de redigir a *Gazeta* por carta régia de 3 de Julho de 1752, com graves sanções para quem lhe fizesse concorrência, o que não obstou porém a que em

1756 apparecesse um periódico, de que só se publicaram 18 números e que tinha este curioso título: *Occulto instruido que para lisito divertimento e onesta recreasam se ade publicar dividido em differentes partes.*

A *Gazeta de Monterrozo* terminou com a morte dele em Janeiro de 1760. Logo em 1761 é publicado o primeiro periódico literário, que viu a luz em Portugal, onde tantos, e tão mauzinhos alguns, haviam de surgir depois. Intitulava-se esse periódico *Gazeta Literária ou notícia exacta dos principais escriptos que modernamente sejam publicados na Europa e acrescentava como subtítulo: Conforme a Analysis, que delles fazem os melhores Criticos, e Diaristas das naçoens mais civilizadas.* O seu coordenador era o cônego Francisco Bernardo Lima. A mesma *Gazeta Literária* publicou o seu último número em Junho de 1762 e já então se sub-intitulava: *Recreação filosofica, ou dialogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentam as aulas, pelo Padre Theodoro de Almeida da Congregação do Oratório de S. Filippe de Neri, e socio da Real Sociedad de Londres.*

Pombal, o "liberalissimo" Pombal entendeu, porém, que isto de Gazetas não convinha à tranquilidade da república e suspendeu-as a todas nesse ano de 1762. Além da *Gazeta Literária*, publicar-se-iam várias, "chamadas dos officiais das secretarias", conforme refere o sr. Alberto Bessa no seu livro *O Jornalismo*, sem lhes declinar, porém, os títulos, acrescentando só que as redigiu "o notável poeta Pedro António Correia Garção".

Como dizem que a história se repete, um neto de Correia Garção, também official de secretarias, redige hoje gazetas, embora não faça com o caráter officioso do seu eminente antepassado.

Foi só em 4 de Agosto de 1778, depois de 16 anos de forçado silêncio, que voltou a aparecer um periódico com regularidade - *A Gazeta de Lisboa*, de que era principal redactor o já citado Félix António Castrioto, auxiliado por Félix de Avelar Brotero e pelo padre José Agostinho de Macedo, o formidável

panfletário. Esta "Gazeta" passou a publicar-se diariamente, excepto aos domingos, desde 1 de Julho de 1809, sendo o primeiro diário que viu a luz da publicidade em Portugal.

A *Gazeta de Lisboa* publicou-se até ao sábado 30 de Dezembro de 1820, sendo o número desse o 313. No seu último editorial anunciava a *Gazeta* que ia mudar de título, passando a chamar-se *Diário do Governo*, nome que ainda hoje conserva.

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 102, 9/11/1925.

VII

O jornalismo português no século XIX*

O século XIX, tumultuário e fecundo sob todos os aspectos, deu ao jornalismo o pleno triunfo.

Por todo o Mundo, em especial no Ocidente da Europa, com o avançar da Revolução, a imprensa periódica adquiriu foros de soberania. Ela era então a mesma voz das turbas, apaixonada e violenta, clamando alto.

Conquistado esse instrumento de expressão do pensamento, usou-se e abusou-se dele. Logo no princípio do século, e em Portugal de 1811 para cá, pulularam as gazetas de toda a ordem, com os mais extravagantes títulos, as mais desencontradas opiniões, os mais díspares formatos, a mais caprichosa periodicidade. Já que nos reportamos ao jornalismo português, recordemos que em 1808 se publicava no Brasil, onde então estava a corte daquele "prudente" D. João VI, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que desempenhava as mesmas funções que a *Gazeta de Lisboa* cá.

Com o início das lutas constitucionais, o jornalismo recebeu um grande incremento. Fizeram-se jornais em Inglaterra, escritos em português, e começaram a publicar-se jornais diários, além da *Gazeta*, como o *Grémio Constitucional*, um dos primeiros.

Se os liberais contavam com numerosos periódicos, onde doutrinavam aquela saudosa Liberdade que o Romantismo engendrou, a reacção ultramontano-miguelista tinha jornalistas vigorosos, panfletários temíveis, com Fr. Fortunato de S. Boaventura, que publicou aí por 1823-24 os panfletos *O pu-*

nhal dos corcundas e A Contra mina, e o padre José Agostinho de Macedo, extraordinária rudeza no ataque e na sanha política, que publicou os panfletos terríveis: *A tripa virada*, *O desengano*, *O cacete* e o sobre todos famoso que se intitulou *A besta esfolada*.

Os partidários da Carta, quando D. Pedro foi para os Açores preparar o salto contra o irmão, criaram lá a sua imprensa. Foi na cidade de Angra, que depois se chamou também do Heroísmo, na Ilha Terceira, que apareceu o primeiro periódico dos Açores e cremos que o primeiro publicado fora do continente português, por portugueses, pois a *Abelha da China*, de Macau, é posterior à *Crónica da Terceira*, de que saiu o primeiro número em 17 de Abril de 1830.

Esta *Crónica da Terceira*, órgão oficial da Regência, foi impresso num prelo ido de Londres com os emigrados académicos, que foram os seus primeiros redactores, entre eles Simão José da Luz Soriano, o paciente historiógrafo do *Cêrco do Porto*, e José Estevam Coelho de Magalhães, o assombroso orador. Ambos, especialmente Soriano, foram também compositores e impressores do periódico, pois mecânicos dessas artes não os havia na Terceira ao tempo.

Já que falámos da imprensa nos Açores, lembremos que o decano dos jornais portugueses é *O Açoriano Oriental*, que se publica em Ponta Delgada há noventa anos cumpridos.

Se nos perguntarem se na aluvião de jornais que apareceram com a relativa liberdade de imprensa concedida pelo liberalismo, se fazia jornalismo, tal como ele hoje se compreende, diremos que não. Esses periódicos, quase exclusivamente votados às querelas políticas, não inseriam em regra notícias, como o faziam, escrupulosamente, as "Gazetas" seiscentistas. Eram panfletos e nada mais. Só depois de firmadas no poder a Carta e a Liberdade, começaram a aparecer os jor-

nais noticiosos, dos quais o principal então foi o *Periódico dos Pobres*, do Porto.

O primeiro jornal que deu verdadeiramente importância ao noticiário, abrindo para ele uma secção especial, escrita a sério e não satiricamente, em forma de folhetim epistolar, como o *Periódico dos Pobres*, foi a *Revista Universal Lisbonense*, redigida por António Feliciano de Castilho. Foi esse homem de letras de incontestável mérito o primeiro que entre nós teve a intuição do jornalismo moderno, apresentando a notícia com elegância.

Não foi Castilho o único escritor ilustre que não desdenhou fazer o "expediente", a "cozinha" dum jornal. Outros lhe seguiram o exemplo, pois quase todos os homens de letras portugueses têm começado por ser jornalistas e todos se servem da imprensa periódica para comunicar com o público e auferir alguns proventos, embora alguns afectem pelo jornalismo um desprezo absolutamente ridículo.

Jornalistas, só jornalistas, que não fossem também escritores, como Camilo, Herculano, Garrett, lembramo-nos de Sousa Bandeira, um dos primeiros, se não o primeiro jornalista a valer que surgiu em Portugal. Esse era medular, fundamentalmente jornalista. Tanto, que por defender as ideias liberais no periódico *O Azemel Vimarense*, foi condenado a morrer na forca por sentença de 18 de Setembro de 1829, sentença que não chegou a ser cumprida, porém.

Outro grande jornalista do século passado foi Rodrigues Sampaio, como o foram também Emídio Navarro e Mariano de Carvalho, vigorosos jornalistas políticos.

Para fechar esta sucinta resenha do jornalismo português no último século, falaremos da obra empreendida por Eduardo Coelho e Silva Graça, que, sem serem grandes jornalistas, revelaram uma visão do papel que cabe ao jornal e um espírito organizador notáveis. O primeiro criou o jornal popular, barato, incolor, que foi o *Diário de Notícias*. O segundo, aproveitando *O Século*, que Magalhães Lima fundara, fez dele o jornal oportunista, bem informado, que lisongeia os gostos do público.

Ambos esses jornais, tecnicamente notáveis no meio aca-
nhado que Lisboa é, foram os primeiros onde se fez em Portugal
profissionalismo de imprensa. Constituíram duas grandes for-
ças e pode dizer-se que até determinada altura tinham acor-
rentada a si a opinião pública. Hoje, na mão da pior de todas as
reacções, a do capitalismo, que envolve todas as outras, a po-
lítica, a religiosa, a artística, são uns papeis que se lêem por
hábito, mas nos quais ninguém acredita já, nem os seus pró-
prios donos.

**A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 105, 30/11/1925

VIII

A primeira associação jornalística que houve em Portugal*

Nesta série de notas, cuja única ligação é uma vaga ordem cronológica, não deve ser censurada a falta de metodização, visto não serem destinados a livro os apontamentos despretenhosos e incompletos que aqui têm sido publicados.

O desejo de vulgarizar coisas conhecidas só de uns tantos, a falta duma bibliografia completa sobre a matéria e a necessidade de chamar a atenção dos que amanhã terão de servir-se da imprensa, em larga escala, para a grande obra de reconstrução que há a fazer, levaram-nos a coligir estas notas um pouco ao acaso, sem plano preconcebido.

Isto vem para dizer que hoje nos ocorre falar das associações jornalísticas, deixando a sequência da análise da evolução periodística em Portugal para outra oportunidade.

Se a imprensa periódica data de 1625, dos tempos da velha *Relaçam* de Severim de Faria, a que já largamente nos referimos, o verdadeiro jornalismo é muito mais recente, não datando o seu aparecimento para muito além de meados dos século passado.

O profissionalismo da imprensa só apareceu em Portugal ultimamente e com dificuldade se radica, pois se só aos sapateiros é lícito fazer sapatos e aos médicos tratar doentes, toda a gente, médicos e sapateiros - e quem diz estes diz todos os outros que se dedicam às diversas actividades intelectuais e manuais - se julga com capacidade para fazer jornalismo. E o certo é que o faz, tão bom ou tão mau como isso que para aí se

atola num charco de venalidade e a que se chama - imprensa. Exceptuando a honesta imprensa operária, obra da fé, do sacrificio, do amor dum multidão de explorados, que arrostando com todas as dificuldades faz ouvir altivamente a sua voz, tudo o mais - mete nojo.

Deixemos porém para outro lugar o comentário cáustico que nos acode aos bicos da pena e prossigamos neste recordar de coisas esquecidas que se prendem com o jornalismo.

O profissionalismo da imprensa surgiu quando surgiram os grandes jornais de informação, populares, incolores, de que foi simbolo o *Diário de Notícias*.

Foi Eduardo Coelho, um operário manual no fundo com pretensões a homem de letras, quem criou em Portugal o profissionalismo da imprensa. Até então haveria jornalistas remunerados; o *Diário de Notícias*, porém, pelas exigências da sua informação, criou o homem que vive só do jornal, que tem de lhe dedicar toda a sua actividade, que vive exclusivamente para o público, para o leitor, para a notícia - criou o repórter. Foi efectivamente no *Diário de Notícias* que pela primeira vez surgiu entre nós esta entidade, o repórter, incarnada na pessoa de José Francisco de Assis de Almeida, que morreu aos 64 anos, em 1898.

Não foi porém o profissionalismo da imprensa que gerou o associativismo jornalístico. Os trabalhadores da imprensa antes de se unirem para a defesa dos seus legítimos interesses morais e materiais, uniram-se para recreio espiritual, fundaram, não uma associação de classe, mas uma espécie de academia.

O primeiro grémio de jornalistas que se fundou em Portugal foi a "Associação dos jornalistas e escritores portugueses" e a sua fundação foi sugerida por Eduardo Coelho, incluindo-a como um dos números do Tricentenário de Camões, realizado em 10 de Junho de 1880. Além do fim patriótico, os objectivos

práticos da associação eram: "estabelecer uma biblioteca do jornalismo português, um cofre de coadjuvação editorial e um júri de honra para os conflitos da imprensa". Os primitivos estatutos desta colectividade, aprovados em 14 de Outubro de 1880, indicavam que os fins da Associação eram: promover e defender os interesses legítimos, morais ou materiais, das colectividades ou coporações formadas pelas classes que a constituem e individualmente os dos seus associados, em tudo o que diga respeito ao exercício da sua profissão".

Havia aqui já um germe das reivindicações corporativas, mas o hibridismo de jornalistas e escritores, hibridismo que depois se revelou na fundação da "Associação de jornalistas e Homens de Letras do Porto" e, mais recentemente, na dos "Escritores e Jornalistas Portugueses", foi sem dúvida a doença congénita que condenou esta colectividade a uma vida precária, como apagada tem sido a do Porto e inútil é a da recentemente fundada em Lisboa.

Interesses distintos, actividades diversas, objectivos quantas vezes opostos, fazem com que escritores e jornalistas formem duas classes à parte, que devem ter separados os seus organismos representativos. Para quê uni-las, procurando exagerar afinidades comuns?

Ambas as classes vivem porque escrevem, eis o único laço que as une; mas também o mesmo sucede à prestimosa classe dos escrivães judiciais e ninguém se lembrou ainda de a ligar, como irmã siamesa, à dos escritores ou à dos jornalistas.

Que os homens de letras têm fraco espírito associativo demonstra-o o facto de não existir em Portugal uma Associação de Escritores. Desde 1870 que se pensa em fundar um grémio dessa natureza. Noticiava o *Diário de Notícias* de 30 de julho desse ano, que Teixeira de Vasconcelos propuzera num jantar de escritores a organização de uma "Sociedade de homens de letras", indicando os nomes de Rodrigues Sampaio, Andrade Corvo, Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas e o dele, proponente, para, constituídos em comissão, elaborarem um projecto de estatutos. A Sociedade nunca chegou a fundar-se e depois várias

tentativas têm sido feitas, todas infrutíferas, uma até bem recente. Os jornais de 28 do mês findo noticiavam que uma reunião de escritores, convocada para tratar da fundação dum organismo associativo não chegara a realizar-se por causa... da chuva. Isto no ano de graça de 1925, mais de meio século passado sobre a simpática ideia de Teixeira de Vasconcelos.

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 107,14/12/1925.

IX

A organização corporativa da classe dos profissionais da Imprensa*

No último artigo ocupámo-nos da primeira associação jornalística que existiu entre nós, e neste vamos referir o pouco que sabemos, sobre as restantes, encerrando-se assim este parêntese relativo à organização associativa dos que na imprensa trabalham em Portugal.

Depois de extinta a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, fundou-se uma outra só de jornalistas e essa foi realmente a primeira em que os indivíduos componentes da classe jornalística se organizaram sem a companhia dos escritores.

Vamos transcrever do livro do dr. sr. Alfredo da Cunha sobre o *Diário de Notícias* este parágrafo que sintetiza a história dessa colectividade:

"Por Alvará de 24 de Setembro de 1896, foram aprovados os Estatutos da <Associação dos Jornalistas de Lisboa> cuja primeira assembleia geral se reuniu em 28 de Dezembro daquele ano, na sala da redacção do *Diário de Notícias*, onde se haviam realizado os trabalhos preparatórios para a sua organização. Durante perto de dez anos, foi nos escritórios do *Diário de Notícias* que teve a sua sede essa Associação, cuja vida veio a sofrer de males análogos aos de que enfermou aquela que a Eduardo Coelho deveu a existência".

A Associação dos Jornalistas, apesar da protecção do *Diário de Notícias*, de viver à sombra do grande órgão da imprensa, liquidou, morreu de inanição, como liquidou a Associação da Imprensa Portuguesa, como vai liquidar a Casa dos Jornalistas.

É que o meio jornalístico português, então como agora, não comporta desdobramentos corporativos. Só permite vida independente e acção eficaz a um único organismo associativo. Em Lisboa, poucas mais de duzentas são as pessoas que se dedicam a sério ao jornalismo. Também poucos mais de duzentos são os sócios de cada uma das duas associações jornalísticas existentes, o que significa que em regra os sócios de uma são também os sócios da outra. Este dualismo de associações, embora de objectivos distintos, contribui imenso para dispersar esforços.

A única Associação de Imprensa que manteve sempre uma certa vitalidade foi a antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, fundada em 14 de Julho de 1904. Foi a primeira colectividade jornalística de carácter exclusivamente profissional que existiu entre nós, nunca tendo a pretensão de ser uma academia. Por isso tem vivido sempre, se não com desafio, pelo menos com independência, a despeito da guerra que lhe movem, por vezes, alguns proprietários de jornais e mesmo certos "Intelectuais" do jornalismo. Aprovados os seus estatutos em Setembro de 1904, passou a ser o único porta-voz das reivindicações corporativas e o núcleo onde se congregam quantos têm interesses ligados à profissão jornalística.

Em 1906, instituiu um Cofre de Beneficência, com carácter mutualista, que tem distribuído valiosos auxílios aos jornalistas quando desempregados ou doentes e que assiste às famílias pobres dos sócios falecidos.

A Associação dos Trabalhadores da Imprensa, que sempre teve um carácter sindical passou, por uma remodelação estatutária, operada no fim de 1924, a denominar-se Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

O seu Cofre de Beneficência transformou-se, já no ano corrente, numa associação mutualista, a primeira composta por

profissionais do jornalismo que se funda em Portugal e que tem a designação de Caixa de Previdência do S.P.I.L.

O grémio dos profissionais da imprensa, que engloba, redactores, repórteres, revisores, repórteres-fotográficos e desenhadores dos jornais e ainda os jornalistas que desempenhem as funções de directores de gazetas quando não sejam seus proprietários, tem-se mantido sempre em estreito contacto com a organização operária portuguesa. Desde 1910 que envia delegados à antiga Federação das Associações de Classe, delegados que se mantiveram junto da União dos Sindicatos Operários e se mantêm junto da Câmara Sindical do Trabalho.

A A.C.T.I.L. tinha também representantes na antiga U.O.N. e hoje o S.P.I.L. tem-no junto da F.P.L.J.

As regalias da classe dos profissionais da imprensa, verdadeiramente excepcionais, têm sido o objectivo principal da sua organização. É de esperar, porém, que as reivindicações corporativas e a defesa dos direitos de todo o proletariado intelectual e manual ocupem o lugar a que têm juz no seu programa de acção.

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., nº 108, 21/12/1925.

X

A liberdade de imprensa na Rússia*

Mais um assunto que tem, pelo menos, actualidade – o jornalismo na U.R.S.S. A Rússia está um pouco em moda...

A verdade é que o jornalismo tal como ele se compreende no Ocidente nunca existiu na Rússia. Não falamos já na famosa liberdade de imprensa, coisa de que mesmo no Ocidente não há uma ideia nítida, e que a Rússia inteiramente desconhece. Referimo-nos à função de crítica social e política que o jornalismo por vezes exerce, quando essa acção não colide com os interesses dos proprietários dos jornais.

No Ocidente, por exemplo, os jornais, quando isso lhes convem, podem atacar o regime, o estado, a chamada ordem social. Podem discutir os actos políticos dos governantes, censurá-los, acusá-los. Ora nada disto é possível na Rússia, nunca o foi. Esse país desmente, desmentiu sempre, o conceito romântico do jornalismo que o supunha inseparável da liberdade.

Para encurtar razões, diremos que a imprensa na Rússia, desde 1621, ano em que consta ter aparecido, para regalo pessoal do czar Alexis Mikailovitch, a primeira folha volante, denominada *Notícias Correntes*, até hoje, tem vivido em permanente regime de censura, como sucede à Espanha sob o jugo de Rivera, à de Itália às ordens de Mussolini e à de Portugal nos consulados dos Costas, Sidónios e Vitorinos.

Os primeiros passos do jornalismo na Rússia, que pouco diferem dos últimos, em matéria de liberdade, merecem ser conhecidos.

Pedro, o Grande, impulsionou o jornalismo... tornando as *Notícias Correntes* jornal oficial. Sob o domínio de sua filha Isabel, surgiram as *Gazetas* de S.Petersburgo e de Moscôvia, respectivamente boletins officiosos da Academia das Ciências e da Universidade. Depois, no princípio do século passado, apareceram os jornais patrióticos, com notícias das guerras com Napoleão, que o czar mandava imprimir para manter o espírito bélico do "seu" povo. Publicou-se depois uma *Abelha do Norte*, periódico literário, a que se seguiram vários "Almanaques" e "Anais" com o mesmo carácter.

Foi só no fim do último século que se notou na Rússia um simulacro de jornalismo; a legislação que o regia era porém de tal ordem, que pode afirmar-se que todos os jornais eram órgãos officiosos do governo, pois só se publicava o que a polícia consentia.

Para se ver como era o jornalismo sob o império do "paizinho", transcrevemos do livro do sr. Alberto Bessa sobre o assunto o seguinte trecho:

"A missão do jornalista na Rússia é das mais difíceis e perigosas, não se fazendo entre nós, geralmente, ideia alguma do regime de terror a que está sujeita a imprensa, tanto a do jornal como a do livro. Um jornal e o seu redactor desaparecem no império dos Czares por uma simples ordem policial, suprimindo-se a folha e deportando-se o jornalista. Qualquer jornal, para sair à luz, paga uma licença especial, pesadíssima, e fica sujeito a um regulamento também especial e nada leve, regulamento que, entre outras disposições, tem a de que a polícia é competente para determinar quais os assuntos de que o jornal não deverá ocupar-se."

Assim, os únicos jornais dignos de serem lidos na Rússia eram os clandestinos, que as autoridades, porém, perseguiram ferozmente aplicando com frequência a pena de morte ou a deportação para a Sibéria aos seus redactores, compositores e impressores.

No tempo do velho regime, ainda havia o jornal clandestino, que se podia ler. Hoje, parece que nem esse gênero de publicações é sequer tentado pelos que estão em desacordo com o regime soviético e a tirania do Partido Comunista.

Vejam os quais os principais periódicos que se publicam na misteriosa U.R.S.S. À frente de todos figuram as *Izvestia* (Notícias), jornal declaradamente oficial, órgão do chamado "presidium" e de que o camarada Voline era até há bem pouco tempo redactor-principal. A *Pravda* (Verdade), que era o órgão de Lenin, conserva ainda o mesmo ar dogmático que lhe imprimiu o seu orientador.

Vêm depois os jornais graves, que tratam de coisas profundas de economia e finanças, a *Ekonomitchskaia Gizn*, dirigida pelo tristemente célebre Djerjinski; a *Finanzovaia Gazzetta*, órgão do Commissariado das Finanças; e a rebarbativa *Targovo Promystevaia Gazzetta*, porta-voz do comércio e indústria.

Os jornais populares são *Rabotchaia Gazzetta*, jornal operário, que se vende a três "kopecks" e é o melhor de todos; *Rabotchaia Moskova*; *Troud*, órgão dos sindicatos; *Bednoto*, jornal dos "mujick"; *Krasnaia Svezda*, órgão militarista; e *Goudock*, jornal dos ferroviários, muito apreciado.

Existem ainda algumas publicações periódicas, não diárias, na sua maioria revistas ilustradas ou humorísticas, como: *Agonek*, *Bonzatiou*, *Smektratch*, *Krokodil*.

Há ainda o *Krasnisport*, periódico desportivo, o *Krasnikino*, cinematográfico, *Novy Zeitel*, teatral, e o *Delia Genchin*, de modas e elegâncias femininas.

Todas estas gazetas medram sem necessidade da tal "liberdade de imprensa", que tanto parece interessar ao jornalismo ocidental. Também são livres para tudo criticar, menos o regime soviético. Esse é intangível.

Os próprios jornais murais, números únicos, pasquins em regra manuscritos e grosseiramente ilustrados, são dum comedido a esse respeito verdadeiramente notável. É que a Tcheka, ou a sua sucessora Guepeou, que ora impera, não propi-

ciam o comentário dos acontecimentos políticos, ou as notícias que interessam à liberdade.

Os jornais estrangeiros, avançados, são vendidos na Rússia por tal preço, que a sua leitura é verdadeiramente proibida.

Os cidadãos da U.R.S.S. só têm portanto os jornais e os livros que a censura comunista permite. Era assim no ocidente no tempo da Inquisição e há ainda quem pretenda transplantar para cá o regime soviético integral, tão perfeito e tão tirânico como existe na Rússia. Enfim, tirar-nos de Judas e meter-nos em Pilatos...

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., nº 109, 28/12/1925.

Em defesa do jornalismo



Raül Proença

Em defesa do jornalismo*

O sr. Raúl Proença e o seu soberano desprezo pelos que na imprensa trabalham

Anda o sr. Raúl Proença empenhado numa campanha de imprensa, que visa, parece, a repurificar o regime republicano. Lamentável é que essa campanha seja dirigida só contra um político, quando o deveria ser contra *todos*, pois *todos* são maus ou imbecis, ou ainda as duas coisas juntas. O sr. Raúl Proença lá sabe, porém, o plano a que obedecem os seus ataques e decerto a preferência é uma questão de método.

O certo é que o panfletário, ou seja porque nos altos cimos a onde se libra, para arrancar o raio a Júpiter, o ataca a vertigem das grandezas, ou porque no pântano a onde desce para procurar os réprobos, o entontecem os miasmas pestilentos que deles se exalam – nos aparece padecendo da doença dos tiranos – que tanto parece detestar – a hipertrofia do eu. E clama e protesta:

Honesto?! Só eu! Liberal?! Só eu! Jomalista?! Só eu!

Até aqui, íamos bem, que "presunção e água benta cada um toma a que quer" e – já que estamos em maré de brocardos – "cada doido tem sua mania...".

O sr. Raúl Proença permite-se, porém, levar mais longe o delirante culto da sua personalidade e confessa, simplesmente, que é o "primeiro jornalista da república". Aceitemos ainda; se "os povos têm os governos que merecem", os regimes têm os panageristas de que são dignos. E entre o sr. Raúl Proença e o sr. Mayer Garção, ambos "primeiros jornalistas da república", venha o diabo e escolha.

Não foi, contudo, a megalomania do sr. Raúl Proença o que nos levou a pegar na pena para traçar estas mal notadas regras. Não foi também o seu ardente zelo cívico que tende a repurgar a sua querida República de algumas ovelhas roncadas.

O caso é outro. Nos seus acessos de delírio patriótico e republicano, o sr. Raúl Proença profere alguns disparates que merecem correcção. Assim, do alto do seu soberano desdém, considera os jornalistas que exercem a sua actividade na imprensa diária, senão em toda pelo menos naqueles jornais que estão enfeudados a determinadas oligarquias, como miseráveis que vendem a sua pena, que alugam o seu pensamento aos caprichos dos donos.

Para o sr. Raúl Proença, um dos títulos de que mais se orgulha é o de ser efectivamente o "primeiro jornalista do regime" e trabalhar de graça, não receber um ceutil pelas páginas e páginas de maciça prosa com que se narcisa na *Seara Nova*. E conclui daí que quantos recebem remuneração pelo trabalho jornalístico são indignos de empunhar uma pena e traidores - talvez - à República...

A estes dislates, que seriam verdadeiros agravos a uma classe inteira, se o sr. Raúl Proença não sofresse daquela "hipertrofia de eu" que tudo desculpa, como fenómeno patológico que é, não vimos ainda que se tivesse feito na imprensa a necessária análise. Isto, porque o princípio, repetido, amanhã será dogma e todos nós, os que trabalhamos na imprensa, teremos por desonroso ir à caixa receber os nossos salários.

O silêncio feito à volta dos estranhos conceitos do sr. Raúl Proença pode filiar-se no medo ou no desprezo.

Ora nós não desprezamos esse panfletário, que é um activo trabalhador intelectual, que é - *bon gré, mal gré* - um camarada, que trabalha como nós numa oficina, que produz, que é útil à colectividade.

Também não temos medo do sr. Raúl Proença. E não o tememos, primeiro porque não possuímos "rabos de palha"; segundo, porque se o sr. Raúl Proença tem má-língua, também nós temos, e se sabe enfileirar as palavras que ferem como punhais e sibilam como chicotadas, também nós sabemos.

Não teremos a sua erudição nem a sua sólida e contundente maneira de argumentar; mas temos a fácil coragem de chamar as coisas pelos seus nomes e uma vasta reserva de boas falas plebeias para atirar ao parceiro.

Ora o sr. Raúl Proença, jactando-se de "primeiro jornalista da república", tem da mecânica jornalística um conceito muito primário. Ignora por exemplo que quem menos escreve nos jornais são os jornalistas, e isso é imperdoável. A sua encantadora ingenuidade vai ao ponto de supor, por exemplo, que os sólidos artigos de fundo, sobre "a questão dos tabacos" - para não irmos mais longe - são escritos por jornalistas... Não são tal, sr. Raúl Proença; são escritos por uns senhores que têm interesses em que fique o monopólio ou venha a *régie* e que, consoante os casos, ganharão muitos dinheiros com qualquer das soluções.

Crê o sr. Raúl Proença que as louvaminhas à madama que escreveu uma *plaquette* - que fino! - com versos para o seu amor, ou ao venerando académico que forrageou os documentos para uma monografia sobre a Torre do Bugio, são da lavra dos jornalistas. E nessa crença erra, porque os ditos louvores são devidos à pena fecunda do próprio escritor louvado, ou à do seu amigo mais íntimo.

O sr. Raúl Proença, como qualquer farmacêutico aí do sertão, acredita que jornalistas são pelo menos os directores dos jornais, responsáveis, portanto, por tudo o que neles se escreve. Pois nem são responsáveis nem são jornalistas. Quer o sr. Raúl Proença saber uma coisa muito à pureza? Dos catorze ou quinze diários - porque um é intermitente - que actual-

mente se publicam em Lisboa, só quatro ou cinco é que são dirigidos por jornalistas. Os outros, dirigem-nos *eles*.

Isto quanto ao que se escreve nos jornais. Vamos agora à paga, para terminar.

O sr. Raúl Proença é injusto considerando um crime receber o jornalista remuneração pelo trabalho que produz. Nem todos podem ser empregados do Estado, sr. Raúl Proença, e se alguns o são já não chegaram a tempo de apanhar as boas postas. Se fossem, ou sendo-o as tivessem apanhado, seria delicioso ter a manutenção assegurada e nas horas vagas escrever, de graça, campanhas moralizadoras. Mas não sucede assim, infelizmente. Há que trabalhar em dois ou três jornais ou em dois ou três ofícios para receber aquilo que um "bom republicano", alto funcionário do Estado, recebe do seu cargo, mesmo às vezes sem lá ir sequer. A vida é dura para os pobres sr. Raúl Proença.

Mas tanta altivez, tanta independência, tanta sinceridade temos nós ao escrever este artigo *pago*, como o sr. Raúl Proença a dizer sandices *de borla*.

*A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n° 123, 5/4/1926.

Em defesa do jornalismo*

Ou a irritação produzida num polemista por quem não é polemista

Afinal o sr. Raúl Proença não é a mesma pessoa que, com as iniciais R. P., anunciava no número 83 da *Seara Nova* ir deixar, a "escorrer em sangue" o autor do artigo intitulado "Em defesa do jornalismo", inserto nas colunas deste "Suplemento". Ainda bem que não é, já porque essas iniciais têm o seu quê de fúnebre e o sr. Raúl Proença é uma pessoa de vida exuberante, já porque o tom do eco "Um tal J. B." difere muito do artigo "J. B. ou le polémiste imaginaire", agora publicado na *Seara*. Merece o artigo resposta em termos bem mais suaves dos que a linguagem do eco exigia. O sr. Raúl Proença que perdera a compostura no n° 83 da *Seara*, vestiu o casaco no n° 84. Sempre é mais decente.

O sr. Raúl Proença reconheceu que se enganara, que fora precipitado no seu juízo. J. B. poderá ser um "arrieiro analfabeto", o que o sr. Raúl Proença nunca poderá provar é que J. B. é "um rafeiro que ladra e morde nas canelas" de quem quer que seja. Isto, pela força do axioma: "cão que ladra não morde"...

Deve ser desagradável para um vigoroso panfletário, tido como tal pelos mais ignorados jornais da província, levar tanto tempo a ordenar a resposta a um pobre escrito e ao cabo não cumprir sua palavra, não deixar a "escorrer em sangue" o antagonista. Todos os que conhecem o sr. Raúl Proença e os três ou quatro que não desconhecem inteiramente o autor do artigo,

aguardavam este espectáculo terrificante: uma montanha de carne, sebo e ideias a abater, formidável, sobre o verme que ou-
sara fitar o sol. E figuravam o sr. Raúl Proença, como um cor-
tador hercúleo, revoltos os caracóis da melena, pendente a
bigodeira, boca espumante, mangas arregaçadas, de facalhão
em punho - esfolar um coelho...

Enganaram-se todos. O sr. Raúl Proença não esfola nada. Não deixa a "escorrer em sangue" ninguém. Ou antes, só prati-
ca essa operação em quem tem o corpo chagado pelas piores
mazelas. E o que escorre então é pús.

Ora, de mim, que havia de dizer o sr. Raúl Proença? Que não sou um polemista? Nunca me jactei de o ser e ninguém ignora que o não sou e que só o meu antagonista o é neste país e talvez no mundo. Que não tenho a sua cultura e a sua disciplina mental? E que culpa posso eu ter disso? É porventura um crime não ser inteligente, não ser sabedor, não possuir a lucidez, a agudeza e a ilustração de que só os raros eleitos, como o sr. Raúl Proença, dão provas?

No seu artigo do último número da *Seara*, o meu antagonista doutrina, confusamente, mas doutrina. E em meu desabono só alega que tenho "os pés compridos". Peço meças: eu calço 37, sr. Raúl Proença. Acrescenta ainda que não sei escrever - o que é verdade; que não sou um cerebral - o que é exacto; e que "uma análise científica" deve revelar em mim "ancestralidades de eguariços arremangados". Neste ponto que se pronunciem sábios e geneologistas, de mim só sei que sou filho... das tristes ervas. Quanto à escrita, vou aprender: com o sr. Professor Guerreiro Murta que tem uma *Arte de redigir*, parece que sem mestre, ou no estilo claro, dúctil, fluente do sr. Raúl Proença. Serei depois, talvez, um "cerebral", visto que como "medular" só me são permitidas, por enquanto, as notícias de môsco, crimes passionais, suicídios, abonos, chegadas de che-

fes políticos, atropelamentos e outras miudezas de que os "primeiros jornalistas da república" não curam.

Devo declarar ao sr. Raúl Proença que nunca o meu engenho foi solicitado pelos assuntos que enumera, dos quais só ignoro o que seja "notícias de mosco". Também nunca fui incumbido de tratar deles pelos meus chefes de redacção. Só quem não é jornalista, porém, pode referir-se com tamanho desprezo aos chamados *faits-divers*. Escrever duas páginas da *Seara Nova* a quinze dias de vista, fã-lo qualquer que tenha o talento do sr. Raúl Proença. Sintetizar em meia dúzia de linhas um acontecimento de rua, ocorrido às três da madrugada e que o jornal, às cinco ou seis, leva impresso a todos os recantos da cidade – é a manifestação duma faceta do talento do jornalista, que eu ousou crer que o sr. Raúl Proença não tem.

Este artigo que eu bem desejaria fosse o segundo "em defesa do jornalismo" degenerou, bem contra minha vontade, em defesa de mim próprio. Que mo perdoem os camaradas por amor dos quais arrotei com as fúrias do sr. Raúl Proença. É doloroso, para quem tão apagadamente vive e tão propositamente se apaga, ter assim de falar de si, ainda que em legítima defesa dos princípios que julga propagar. Prometo, porém, não reincidir.

Que me permiti eu censurar ao sr. Raúl Proença? A sua campanha contra um *único* político, quando era mister atacar a *todos*. Que responde o sr. Raúl Proença? Que atacou mais quatro e "tantos outros" – que não cita. E ri de quem, pretendendo que se ataquem *todos os políticos*, considera *inimigo do género humano*, como se o género humano fosse constituído por políticos. Atacar *todos os políticos* não é atacar *homens* é atacar *sistemas*. É atacar a *política* e *todos* que se julgam sagrados por um poder, decerto sobrenatural, para governar e oprimir os seus semelhantes. Isto será simplista, mas parece lógico. Que dizer do livre-pensador que reconhece só como má e perigosa a

religião católica, quando todas as religiões têm idênticos objetivos e exercem a mesma acção deprimente na alma humana? Que ou é um faccioso ou um ignorante. Ora o sr. Raúl Proença não é um ignorante dos malefícios da política.

De que censurei eu mais o sr. Raúl Proença? Da sua extrema filáucia de "primeiro jornalista", de insinuar que os jornalistas que trabalham nos grandes diários estão identificados com o pensamento dos donos deles e de se ter por muito honrado com o escrever sem remuneração, como se delito fosse receber alguém paga pelo trabalho que produz.

A questão da vaidade pessoal do sr. Raúl Proença só interessava, como disse, secundariamente. Desde que ele próprio abdica do título de "primeiro jornalista da república", dando de certo a primazia ao sr. Amadeu de Freitas, que também era um dos candidatos - não falemos mais nessas fraquezas.

O sr. Raúl Proença gasta muitas palavras para verberar a obra anti-social da imprensa, de certa imprensa, pelo menos. Mal avisado anda, porém, responsabilizando por essa obra os jornalistas e com isso demonstra a sua ignorância da mecânica dos jornais e foi por isso que me permiti levantar o agravo, ou antes apontar o erro. Sobre este ponto já escrevi o bastante no anterior artigo. Se os jornalistas tivessem liberdade para escrever nos jornais onde trabalham, o jornalismo tomaria outro rumo, mais consentâneo com os desejos do sr. Raúl Proença e com os meus. Uma coisa, porém, é não dar liberdade para escrever verdades e outra é compelir a escrever mentiras. A esta situação não chegámos ainda e espero que não chegaremos.

Acerca do estipêndio, declara o sr. Raúl Proença, que não o ataca. Ainda bem que o diz, para nosso esclarecimento. Reccei que tomasse vulto a sugestão contida no passo da carta a que alude. É que amanhã o "primeiro jornalista" não seria o que escrevesse de graça, como o sr. Raúl Proença, seria aquele que ainda pagasse para lhe publicarem os artigos, ficando, em-

bora, com o pulso livre, como os criados dos cafés, para receber as gorgetas...

Saiba o sr. Raúl Proença, lealmente lho declaro, que não pretendi insinuar nada acerca da sua vida de funcionário. Prestei até homenagem, se bem me recordo, à sua actividade profissional, que é notável. E se não a prestei presto-lha agora. Não está em causa o Chefe da Divisão dos Serviços Técnicos da Biblioteca Nacional de Lisboa, sr. Raúl Sangremann Proença.

O sr. Raúl Proença fecha o seu artigo com um generoso conselho. Apiedado com a "minha miséria fisiológica", que ficou conhecendo decerto daquela meia hora que passámos juntos na Esquadra do Teatro Nacional, recomenda-me o uso do "Histogenol". É o curandeiro, é Mr. Homais, o boticário, a revelar-se. Pois vou usar a receita. E obrigado pelo diagnóstico. Ainda bem que a minha miséria é só fisiológica. Poderia ser muito pior. Poderia ser moral sr. Raúl Proença.

**A Batalha, Supl.Sem.Ilust., n° 126, 26/4/1926.*

Em defesa do jornalismo*

Resposta à parte doutrinária dum artigo de polêmica do sr. Raúl Proença

No anterior artigo "Em defesa do jornalismo" limitei-me, mau grado meu, a responder às amabilidades que o sr. Raúl Proença me dirigiu no n° 84 da *Seara Nova*. A exiguidade do espaço de que podia dispor não me permitiu, então, apreciar a parte doutrinária do artigo do meu antagonista, merecedora dos reparos que vou fazer agora.

Antes de mais nada, quero, todavia, declarar que nas palavras que escrevi no n° 126 deste "Suplemento" não puz qualquer intenção de agravo pessoal para o sr. Raúl Proença.

Discordar do dogmatismo de quem quer que seja, censurar-lhe mesmo determinadas atitudes – não autoriza ninguém a menoscabar a sua integridade moral. Nem como particular, nem como funcionário público, o sr. Raúl Proença me interessa. O que me interessa, o que pode interessar aos que me lerem, é o que escreve e pensa esse publicista. São as suas ideias e a forma como as expõe o que está em causa. O seu carácter, que não conheço, mas que me garantem ser digno, e a sua actividade profissional, que sei ser notável, estão fora desta contenda.

Faço esta declaração por dever de consciência, para que não se interprete como uma insinuação o período final do meu anterior artigo. Não puz nele malícia, nem tinha que pôr – saiba-o o sr. Raúl Proença e saibam-no aqueles que não me conhecendo me possam supor capaz de ocultar o meu pensamen-

to com frases artificiosas, das que têm dois gumes e ferem como navalhas.

Ratificada assim a declaração que, por carta, fiz ao meu antagonista, no próprio dia em que o artigo foi publicado, sinto-me muito à vontade para apreciar os pontos de doutrina, ou melhor de deontologia jornalística, por ele focados no seu artigo do n° 84 da *Seara Nova*. Não o farei, porém, sem aludir primeiro a um pormenor de ordem técnica, que dá bem a medida da errada noção dos valores que é vício até daqueles que maior disciplina mental apregoam ter.

Quando escrevi o meu primeiro artigo "Em defesa do jornalismo" sabia ao que me expunha. Excedeu, porém a minha expectativa, não o vigor da réplica - que poderia ter sido muito mais violenta, como o eco do n° 83 da *Seara* deixava entrever - mas a exagerada importância que o sr. Raúl Proença deu ao incidente.

Da *Seara Nova*, revista cultural e crítica, tinha eu uma ideia muito diferente do que ela na realidade é. Supunha-a uma publicação cujo corpo directivo efectivamente a dirigia, delegando em alguém, que tivesse o sentido das proporções, a função técnica de... paginar o jornal. Esse alguém não existe. Se existisse, nunca teria consentido ao sr. Raúl Proença empregar quase três páginas da revista, as primeiras, as que devem ser reservadas ao assunto de maior interesse geral, para dizer coisas desagradáveis a uma pessoa desconhecida dos leitores da *Seara Nova*, só porque essa pessoa teve a ousadia de beliscar a imensa vaidade do feroso polemista.

Se o polemista deve partir sempre duma "atitude crítica", como sabiamente aconselha o sr. Raúl Proença, quem escreve para o público deve contar com a "atitude crítica" do leitor.

Então valia a pena fazer tanto barulho com um pobre diabo de "ideias curtas" e "pés compridos", ademais padecendo de «miséria fisiológica»? Interessava, porventura, aos leitores da

Seara saber que existe um J. B. "eguaricho por hereditariedade, plebeu por educação, cultura e gosto literário" que supõe ser a polémica um bater-língua de regateiras e que além disso tudo tem a suprema desgraça de não ser um cerebral?

Não interessava nada, sr. Raúl Proença. E a réplica seria apenas um excelente reclamo para as inciais, se elas tivessem, ou pretendessem ter, cotação nas livrarias-editoras e não estivessem de há muito desacreditadas, desde o João Brandão pelo menos.

Por tudo isso, nem a extensão, nem o local reservado ao artigo "J. B. ou le polémiste imaginaire" estão certos. Revelam uma tão completa ausência de critério jornalístico, que me habilita a crer que se o sr. Raúl Proença quizesse ser chefe de redacção dum jornal – não daria conta do recado.

E vamos à parte doutrinária do artigo da *Seara Nova*. Diz a certa altura o sr. Raúl Proença:

...O facto de muitos jornalistas profissionais realizarem este último ideal (serem nas horas vagas funcionários, pagos pelo erário da Nação) com tão grande tranquilidade de consciência, não deve fazer-nos esquecer a vantagem da diversidade de gostos e de ideais, para podermos gozar, celebrando a suprema sabedoria do supremo Arquitecto do Universo, o espectáculo impressionante da multiforme maravilha das coisas. Todos nós entramos, meu caro antagonista, no plano providencial da divindade. Se todos tivéssemos pela nossa obrigação de funcionários o amor que em geral revelam os jornalistas profissionais, o mundo seria duma desesperadora monotonia – e as moscas pensariam, na sua inocência, que teria chegado a hora de serem contempladas no festim orçamental. Deixem-nos os srs. Jornalistas profissionais o prazer de nos sentarmos às nossas secretárias, como nós lhes deixamos o de irem, depois de assinado o ponto, censurar nos jornais a burocracia e a formidável

desorganização do Estado. Sempre lhe digo, sr. J. B., que Frei Tomás colabora na imprensa portuguesa com diversíssimos pseudónimos.

E colabora, na verdade, sr. Raúl Proença. Ouso dizer-lhe que além de sábio médico, como demonstrou ser naquela receita do histogenol, é também perito cirurgião. Pôs o dedo na ferida. O funcionário mata o jornalista. Burocratiza a função e destrói a unidade da classe. É por culpa do funcionário que o jornalista é mal remunerado, que nem sempre bate o pé quando o deve fazer, que se desinteressa da actividade sindical, do próprio aspecto intelectual da vida corporativa. É também pela deficiente remuneração, pela falta de dignidade colectiva que considera uma atitude de altivez como uma condenável rebeldia, pela fraca solidariedade da classe jornalística entre si e com as outras classes trabalhadoras, que o jornalista, em regra, é ou pretende ser funcionário público, para se pôr a coberto de precalços futuros, para acautelar o seu sustento e o dos seus, pois no jornalismo qualquer capricho do patrão é – quantas vezes! – a miséria.

É um círculo vicioso este. Os jornalistas ganham pouco, porque lá está o funcionário, que quer arredondar o seu orçamento e tem umas horas vagas à noite, e, porque ganham pouco, vá de procurar mamar na teta do Estado, sendo, como quase todos são... funcionários do Ministério do Trabalho – que Deus haja.

Tem razão o sr. Raúl Proença em apontar a anomalia, que às vezes toma o carácter de duplicidade e atinge profundamente o jornalismo, tornando-o essa coisa que para aí está amorfa, mazomba, sem mobilidade, sem individualidade, salva uma escassa dúzia de excepções.

Estamos, portanto, de acordo, sr. Raúl Proença. Desterremos o funcionário para a jaula da repartição e façamos um auto-de-fé com as mangas de alpaca das redacções. Digo-lhe só que nesse dia eu também serei enjaulado.

Prossegue o meu antagonista:

...ela (a Imprensa) está corrompendo a sua missão da forma mais impudente e sectária, abusando da sua força, desonrando no gemer dos prelos a invenção de Gutenberg, arrastando pela lama o ceptro do seu Poder Espiritual, invertendo os valores, as-soprando ignobilmente as vaidades, fazendo da reportagem uma monstruosa ostentação das piores pústulas morais, mentindo sistematicamente ao público como uma vilíssima rameira, e fazendo todos os dias o "étalage" duma literatura alambicada e preciosa, cheia do "odore di femina" – uma literatura que nivela os sexos no mesmo rolar das ancas, nos mesmos delíquios sensuais, no mesmo contorcer de olhos em alvo, como se todos estes tipos, ao matricular-se nas letras, houvessem feito, junto ao altar de Vénus Fagundes, o sacrificio da própria virilidade. Junte-se a isto uma mediocridade mental quase absoluta.

Até ao assoprar ignóbil das vaidades, estará certo no que respeita a essa desvergonhada imprensa burguesa; já não direi o mesmo, porém, do passo que se refere à reportagem, porque isso é mais da responsabilidade de quem executa do que de quem dirige.

Então as piores pústulas morais, porque são pústulas e fedem, devem ocultar-se hipocritamente, para nos darmos a ilusão de que estamos no paraíso? Eu não creio que o sr. Raúl Proença perfilhe a ideia feita de que a notícia dos crimes fomentam o crime. Antes de haver imprensa já o homem era a fera que por dinheiro ou luxúria matava o seu semelhante. Cometem-se talvez menos delitos com receio da publicidade do jornal do que com medo das sanções da justiça. Esse atributo morigerador do Poder Espiritual não o deve ignorar o sr. Raúl Proença.

Evidentemente que ninguém defende – e eu menos do que ninguém – a crueldade de certas descrições e o ridículo de dedi-

car páginas inteiras a um chulo que escorchou uma rameira, como ainda há pouco sucedeu. Isso só se faz neste pobre meio jornalístico de Lisboa, em que é um notável acontecimento a chegada de um "jacaré empalhado" do Brasil, ou a conferência de qualquer diplomata pretencioso no Salão do Teatro de S. Carlos. Agora, não dar a notícia, não dizer que alguém matou outrem, e porque matou e como matou – isso não. Se esta sociedade é assim, se nós somos assim, para quê disfarçar?

Também não concordo com a referência à "literatura alambicada e preciosa" que "nivela os sexos". Onde vê o sr. Raúl Proença disso no jornalismo? Pode vê-lo em alguns, raros, jornais. Procure, porém, as firmas. Não são de jornalistas. Serão de moços... da vida, matriculados em qualquer igreja de elogio e socorros mútuos, mas que não têm praça assente no Sindicato dos Profissionais da Imprensa. Isso lho garanto eu.

É que pior do que a do funcionário ainda há outra praga – a do amator, a do rapazinho que "escreve muito bem" e que oferece de graça a sua prosa galante, só com a condição de lhe pôr o nome por baixo.

Para esses é que o conceito da "mediocridade mental quase absoluta" está certíssimo. Quanto aos outros, não exageremos. Estabeleça o sr. Raúl Proença, se pode, uma média da mentalidade dos jornalistas estrangeiros – e só nesses poderá encontrar o termo de comparação e não nos escritores ou nos filósofos, porque o jornalista não é, não deve ser nada disso – estabeleça e verá que poucos dos nossos jornalistas estarão abaixo dessa média.

Por último, afirma o sr. Raúl Proença:

Não há maneira de convencer estes senhores que o vigor dum polemista consiste sobretudo no movimento da frase, na "verve" dialéctica, na energia e poder incisivo da expressão, e nessa arte, ao mesmo tempo beneditina e diabólica, de surpreen-

der os bicharocos dissimulados do sofisma com o pente da análise e a pinça duma lógica simultaneamente luminosa e contundente, filha dos amores de Marte com Minerva, sob o claro céu da Hélade!

O polemista é o ponto de encontro da fuga dum temperamento combativo com a calma absoluta duma razão límpida – o campo de batalha em que os estos fisiológicos fazem aliança com a Inteligência discursiva – ímpeto e ideias claras, poder de compreensão e de sarcasmo, noção precisa da Verdade sem a indiferença, afirmação dum desejo ilimitado de consciência e de virilidade.

Um espírito desta ordem precisa sempre de partir de uma "atitude crítica". Ter razão não é para ele completamente indiferente, e a única paixão que o domina é a da Verdade, da Justiça, das Ideias claras. Assim se resolve, no mesmo tipo psicológico, uma falsa antinomia do espírito.

É certo que, em casos extremos, também o polemista "de verdade" deve lançar mão dos epítetos que retalham a própria carne viva. Simplesmente esses epítetos nunca abruptamente se inserirão na malha do discurso, antes se fundirão e enastrarão de maneira inextrincável na teia do raciocínio: Sem a força e rjeza dessa teia, todo o palavrão soa falso, como essas cunhas que os maus poetas introduzem no verso para lhe completar a medida.

Eis a confusa forma como foi traduzido pelo sr. Raúl Proença o conceito cartesiano com que epigrafa o seu artigo. Sim, porque o sr. Raúl Proença deu-se ao trabalho de citar o "seu" Descartes, para me esmagar com tanta erudição.

De todos aqueles "bicharocos", feitos de "sofisma", que o polemista sacode da trunfa com o "pente da análise" e cata com a "pinça da lógica", quando seria talvez preferível empregar o Pó Keating, só fica esta definição: "O polemista é o ponto de encontro da fuga dum temperamento combativo com a calma absoluta duma razão límpida – o campo de batalha em que os estos fisiológicos fazem aliança com a Inteligência discursiva – etc."

Posto o conceito em linguagem não "cerebral": polemista é o Pinheiro Maluco aliado com um galego de esquina, é, para encontrarmos um símbolo - o Romão Gonçalves, bons "estos fisiológicos" e regular "inteligência discursiva".

E gasta o sr. Raúl Proença tantas palavras para dizer que polemista é só ele, pois só ele reúne em alto grau a inteligência discursiva - muito discursiva até - aos estes fisiológicos dum marchante.

Quem, louvando-se embora num conceito de Descartes, que os progressos da medicina desmentem, exige que para a ideia ser clara funcione bem o intestino - define-se. Condicionar as coisas do pensamento à digestão perfeita do chispe com ervas, será bem português, mas é grosseiro.

Não sei se Antero de Quental foi polemista, pois antes e depois do sr. Raúl Proença não houve nem haverá talvez outro polemista em Portugal; não sei também se o pensamento filosófico do Poeta era banal, como considera o sr. Raúl Proença o de Junqueiro, o que sei é ter sido Antero - um "miserável fisiológico", para arrelhiar Descartes.

* *A Batalha*, Supl.Sem.Ilust., n° 127/5/1926

Adenda

NOTÍCIA NECROLÓGICA

COM JAIME BRASIL desapareceu também um organizador sindical

por Alexandre Vieira

Se bem que a figura de Jaime Brasil – morto num momento em que estávamos longe de prever o seu abrupto desaparecimento – tenha merecido, como escritor e jornalista, as mais justas apreciações, foi tão intensa a sua acção, sob outros aspectos, que entendemos do nosso dever recordar, nas colunas de *Seara Nova*, o que esse homem de ânimo forte fez em dois domínios pouco salientados: o de defensor officioso, quando alferes miliciano, de muitos soldados levados aos tribunais militares por infracções à disciplina e o de fundador do Sindicato dos Profissionais de Imprensa.

Sob o primeiro desses dois aspectos, acentuaremos que não sendo Jaime Brasil propenso à oratória, fez, nos aludidos tribunais, discursos tão eloquentes e persuasivos em defesa dos pobres soldados – a muitos dos quais só conheceu na ocasião em que foram julgados, o que é bem expressivo da sua inteireza moral.

**

Passando, posteriormente, a fazer vida como jornalista, exerceu, primeiro, a actividade nos principais diários portu-
gue-

ses e nalguns estrangeiros, havendo-se tornado profissional de tal mérito que os seus escritos se distinguiam, pela contextura e pelos assuntos de que se ocupava, dos da maioria dos confrades.

Não se limitou, porém, a brilhar nos jornais diários - de que não pode deixar de ser recordada a "Página Literária", que dirigiu, durante anos, no *Primeiro de Janeiro*, pois salientou-se também em várias publicações de carácter avançado, algumas das quais dirigiu, como *O Globo*, de que foi fundador, e no "Suplemento" de *A Batalha*, que o contou entre os mais distintos colaboradores, sendo inesquecíveis as crónicas que no mesmo "Suplemento" inseriu sob o título "A Voz que clama no Deserto".

Longe de ser somente um grande jornalista, foi igualmente escritor de escol, e a prová-lo estão os livros que deixa, admiráveis não só pela pujança da forma, como pelas figuras que põe em relevo, entre as quais se salientam: *Vítor Hugo, Diderot e a sua época, Rodin, Leonardo da Vinci e o seu tempo, Velázquez, Zola (o escritor e a sua época)*, de que acaba de sair a segunda edição, ora ampliada com algumas páginas interessantíssimas, e *Ferreira de Castro (a Obra e o Homem)*.

Seara Nova, nº 1449, Julho 1966.

Índice

Nota Preliminar	p. 1
Apontamentos sobre jornalismo	p. 5
Em defesa do jornalismo	p. 45
Adenda:	
Notícia necrológica de Jaime Brasil, por Alexandre Vieira	p. 65

C.E.L.

O Centro de Estudos Libertários, proprietário e editor de *A Batalha*, é uma associação cultural fundada em 27/12/1978 tendo por finalidade o estudo e difusão do pensamento libertário, designadamente através de publicações, palestras, colóquios, seminários, congressos ou quaisquer outras formas de reunião e comunicação. Dispõe de uma biblioteca e duma pequena livraria temática para sócios e assinantes do jornal.

Está sediado na Azinhaga da Alagueza, Lote X, c/v Esq. (Olivais Velho) 1800-005 LISBOA e está aberto aos sábados entre as 15 e as 18 horas.

A correspondência pode ser enviada para esta morada ou, de preferência, para o Apartado 50085, 1702-001 Lisboa.

*"... intelectual, é um homem que crê
nos valores da inteligência e se serve
deles para imprimir dignidade à vida."*

Jaime Brasil